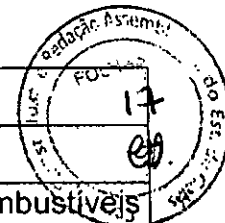


PROCESSO N.º	:	2014001673
INTERESSADO	:	DEPUTADO FRANCISCO JR.
ASSUNTO	:	Dispõe sobre a proibição de que postos de combustíveis abasteçam combustível nos veículos após ser acionada a trava de segurança da bomba de abastecimento.
CONTROLE	:	AMAF/SAT



I - RELATÓRIO

Autos vistos, etc.

Trata-se de proposição legislativa, em forma de Projeto de Lei Ordinária, de autoria do ilustrado Deputado Estadual Francisco Jr., que objetiva proibir que postos de combustíveis abasteçam veículos após ser acionada a trava de segurança da bomba de abastecimento.

Finda a 17ª Legislatura, a proposição em testilha restou arquivada em 10 de fevereiro de 2015, nos termos do "caput" do art. 124 do Regimento Interno desta Casa. Ato contínuo, por requerimento de seu autor, o Projeto em questão foi desarquivado e retomou seu curso a partir da fase legislativa em que se encontrava quando de seu arquivamento, nos termos do art. 124, parágrafo único, do mesmo diploma normativo.

Em tramitação pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, por relatoria do eminente Dep. Carlos Antônio, o Projeto recebeu parecer favorável e, com três emendas visando ao seu aperfeiçoamento formal, foi aprovado naquele órgão colegiado vocacionado nesta Casa ao controle preventivo de constitucionalidade.

Vencida a análise de constitucionalidade e legalidade, e escorreita a tramitação do feito até aqui, porque observado o regramento regimental na espécie, cumpre a esta relatoria avaliar a proposta quanto ao seu mérito legislativo, em função do que, como membro da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, passamos a fazê-lo.

II – DA ANÁLISE DO MÉRITO

Bem consigna a justificativa da proposição legislativa aqui em análise que a maioria dos manuais de automóveis no Brasil indica que o abastecimento do veículo deve ser realizado até o travamento da bomba. Isto porque há um filtro instalado na boca de entrada do tanque com a função de absorver vapores

produzidos no recipiente e impedir que gases saiam para a atmosfera. Quando o tanque é abastecido além do travamento automático da bomba, anota ainda o autor do Projeto de Lei em testilha, o indicado filtro é inundado e perde sua função, acarretando danos ambientais variados.



Conforme clássica lição de José Afonso da Silva, o meio ambiente é fenômeno complexo e envolve o meio ambiente natural, urbano, cultural e do trabalho. Assim, o uso incorreto das chamadas *tecnologias verdes*, a exemplo do citado filtro para o represamento de gases no tanque de combustível de automóveis, causa impacto variado no meio ambiente. No caso em questão, os impactos diretos são no meio ambiente natural e do trabalho. Isso pela descarga inadequada de gases na atmosfera, que o abastecimento em excesso causa, impactando a fauna e a flora, e pelo contato direto e indevido que os trabalhadores dos postos de combustíveis têm com tais substâncias, quando não observado o limite adequado de despejo de combustível nos tanques dos automóveis.

Assim, como um dos pilares do direito ambiental é evitar o dano, sobretudo quando se conhece o risco do que se pretende evitar, entendemos que a proposição legislativa em apreço, à luz do *princípio da prevenção*, harmoniza-se com o regime jurídico ambiental, notadamente por obrigar o abastecimento de automóveis dentro dos limites ambientalmente corretos. Por isso, trata-se de Projeto de Lei conveniente, oportuno e legislativamente adequado.

Desta forma, por encerrar, a nosso juízo, conteúdo legislativo afinado com o conhecimento na temática, o Projeto veicula bom mérito legislativo e, por isso, merece avançar em sua marcha pelo processo legislativo.

III – DO VOTO DO RELATOR

Ante o exposto, por encerrar, em nosso entender, bom mérito legislativo, manifestamo-nos pela aprovação da proposição em pauta, desde que observadas as emendas aprovadas quando de sua tramitação pela CCJR.

Salvo melhor juízo, é este o entendimento que temos e é como votamos.

SALA DAS COMISSÕES, em 29 de junho de 2015.


Deputado Renato de Castro
Relator

Relator Deputado Renato de Castro